

A educação escolar na virada do século

Regina Leite Garcia

*Quando não se capina e lavra a terra,
o que cresce é erva daninha.*

Makarenko

“Estou aqui pra quê?
Será que é pra aprender?
Ou será que é pra aceitar
me acomodar e obedecer?”

Esta é parte de uma das músicas criadas pelo *rapper* Gabriel o Pensador — “Estudo errado” — que tanta polêmica vem provocando entre os educadores. Muitos se sentiram atingidos e se puseram na defensiva — “Este menino está atrasado. A decoreba já não existe na maioria das escolas”. Outros confirmaram as críticas de Gabriel, não com o sentido crítico empregado pelo músico, mas defendendo o sentido pedagógico da memorização — “As crianças decoram porque este é um passo básico para se armazenar o conhecimento”. Outros fizeram “média” com Gabriel e sua geração — “Ele representa a crítica jovem inteligente”. Porém todos os entrevistados se limitaram a uma simples observação, sem maiores comentários, talvez porque não interessasse ao jornalista mais do que o sensacionalismo da matéria.

Nada mais oportuno, num encontro que pretende discutir “A escola básica na virada do século”, que ouvir atentamente

o que dizem aqueles que sofrem a ação desta escola — as crianças e os jovens. Gabriel é jovem, frequentou a escola, e, porque por ela passou, tem uma opinião sobre o que ela é e o que deveria ser. O meu convite é para que pensemos seriamente sobre o que pensa um jovem que se torna porta-voz da juventude, sobretudo porque ele não se limita à crítica, apontando mesmo para o que deveria ser a escola hoje, ontem, sempre, até onde possamos imaginar.

Ele abre o *rap* pondo em questão a função da escola — “Estou aqui pra quê? Pra aprender, ou para me acomodar, aceitar e obedecer?” — pergunta respondendo, como se estivesse num curso de formação de professores, discutindo a função reprodutora e a função emancipatória da escola. A todo momento ele volta à pergunta — “Para que serve a escola?” Pergunta que vai revelando o que a escola ensina de simulação — disfarçando, espiando, colando, estudando só para fazer prova, para passar de ano, pra se dar bem e poder ficar acordado até mais tarde, para ter a mesada aumentada, para ser aplaudido pelos pais, para não apanhar do pai. Simular e levar vantagem, mote de uma sociedade em que a impunidade foi levando ao cinismo do “é preciso levar vantagem” e em que o proibido é ser pego e não cometer a falta. Haja vista o ministro Ricúpero que, punido por se deixar pegar, logo, logo teve a recompensa pelos “bons serviços prestados” e acaba de ganhar uma embaixada disputadíssima.

Escola em que em lugar de aprender “as causas e as conseqüências”, “a maioria das matérias que eles dão são inúteis”, em que o que é ensinado hoje é esquecido logo após a prova, tal qual foi no tempo dos pais, quando o que foi ensinado “eles não lembram mais”. E o que é pior, hoje lhe ensinam da mesma forma e as mesmas coisas que ensinavam a seus pais, o que, por não ter qualquer importância, pais ontem e filhos hoje esqueceram logo após memorizado mas não aprendido.

Gabriel denuncia a falta de sentido de uma escola que trata de temas que nada dizem aos jovens, silenciando sobre

questões que a eles parecem nodais. Eles buscam respostas para melhor compreenderem a sociedade em que vivem e não encontram as respostas que necessitam para viver. O que é inflação? O que é corrupção? Além de não encontrar respostas para o que lhe parece importante aprender, Gabriel é obrigado a decorar “o monte de abobrinhas que o sistema bota no programa”. “O que importa decorar que a minhoca é hermafrodita? Eu quero usar a mente pra ficar inteligente” — ele quer que a escola alimente a sua curiosidade e lhe ofereça oportunidades de pensar. Com tantos estímulos fora da escola, ele cobra da escola tornar-se interessante, respondendo aos seus interesses e necessidades de jovem que deseja compreender e interferir no mundo em que vive. Ele sabe a importância potencial da escola e não se conforma que este potencial não se atualize, pois “o estudo é uma coisa boa”. No entanto, acrescenta — “O problema é que sem motivação a gente enjoa”. Qualquer teórico da educação, de qualquer tempo e em qualquer contexto, concordaria com Gabriel o Pensador.

No refrão, o nosso personagem repete que para tirar dez, basta decorar a lição, embora conclua que nada de bom se aprenda por este caminho. Ele sabe a diferença entre memorizar e aprender, entre repetir e pensar, entre se tornar sujeito do conhecimento e ser mero ouvinte do que diz o professor ou professora. Ele quer se tornar sujeito de sua própria aprendizagem, embora reconheça e valorize o papel do professor, mestre, segundo ele. Por isso cobra que as crianças sejam levadas a sério, que a educação não seja tratada como um negócio, pois na escola quem deve lucrar são os alunos, hoje os mais prejudicados. A crítica à comercialização da escola é clara. Ao afirmar a sua necessidade de um mestre, identifica o mestre como alguém que seja capaz de ensinar “alguma coisa que preste”. E finaliza alertando para o perigo de ser criada uma geração de revoltados ou de indiferentes, pois “Tá tudo errado/ e eu já tô de saco cheio/ Agora me dá minha bola/ e deixa eu ir embora pro recreio...”

Triste Brasil este em que um jovem músico de *rap* faz uma crítica tão aguda à escola, e o máximo que acontece é

uma página de Caderno B de um jornal. Triste Brasil este que produz uma escola como a descrita por Gabriel. “Estudo errado” deveria ser incorporado como “componente curricular” dos Cursos de Formação de Professores. Talvez aprendêssemos mais sobre escola com o “Estudo errado” do que em alguns de nossos manuais de pedagogia, alguns tão velhos e superados quanto os manuais usados na escola em que Gabriel estudou. Muitos “estudos errados” temos lido e encontrado em nossas pesquisas. Talvez tenhamos muitas vezes nos equivocado em nossas práticas pedagógicas, e, porque não tivemos um aluno ou aluna talentosos ou corajosos como Gabriel o Pensador, jamais tenhamos reconhecido nossos próprios “estudos errados”.

Talvez pudéssemos avançar mais se ouvíssemos os alunos, além dos pais de nossos alunos, em geral impedidos de dizer o que esperam da escola. Em nossa escola autoritária, como a sociedade da qual é parte, falam apenas os que se percebem como tendo direitos e são assim reconhecidos. Fala a professora ou o professor e seus alunos devem ouvir. Fala a diretora ou diretor e os professores e professoras devem obedecer. Fala a Secretaria de Educação e a Universidade e a escola deve atender. Falam os governantes e o povo deve aplaudir. Falam os poderosos e os subalternos devem se curvar. Os que rompem com esta histórica relação autoritarismo/subserviência são acusados de “esquerda burra” por quem ainda ontem era companheiro de luta contra o autoritarismo.

Os tempos de neoliberalismo

Vivemos hoje no Brasil, quer dentro da escola, quer no espaço mais amplo da sociedade, o entusiasmo (de alguns) pela onda de neoliberalismo que varreu o mundo, que aqui foi chegando e que agora parece ter se instalado, para ficar — a não ser que os que não aderiram se organizem e se manifestem com vigor. O presidente chega a manifestar a surpresa pela facilidade que para ele tem sido governar. Todos os projetos do governo têm passado sem maiores resistências

de uma oposição esfacelada. O patrimônio nacional, resultado de tantas lutas, vai sendo privatizado. O discurso neoliberal ganha corpo e espaço na mídia. Os partidos de esquerda se debatem em crises internas e sobretudo na sua dificuldade de construir um discurso e uma prática que respondam ao discurso e à prática neoliberal. Os sindicatos não souberam se reposicionar face à nova conjuntura nacional e internacional. Até a linguagem mudou e todos se apressam a incorporar as novas palavras de ordem do jargão neoliberal.

Modernização, privatização, terceirização, globalização, qualidade total, racionalização de recursos, são palavras que passaram a fazer parte do cotidiano de ricos e pobres, velhos e jovens, homens e mulheres, brancos e mestiços. Podem até não saber o sentido que fazem, mas todos as empregam. Moda pega, mesmo quando o figurino não se ajusta ao usuário. *Fake*, como diriam os falantes de inglês. Palavras novas e complicadas, ou palavras velhas com novo sentido, não importa, hoje, para que alguém possa se sentir *up-to-date*, precisa saber usá-las, fingindo freqüentemente conhecer o seu sentido. Competitividade, produtividade, reengenharia, *empowerment*, *global source*, *customer driven production*, *just in time*, trabalho em *team*, empresa virtual, numa realidade virtual. Alguns destes termos não têm sequer tradução para o português e, para que traduzir, se todos os empregam no original? Na verdade, traduzidos ou no original, o importante é saber que se trata de conceitos estratégicos na corrida para alcançar o G7 (para os que ainda não sabem, o Grupo dos sete países que se consideram os mais ricos e “desenvolvidos do mundo”). Para os novos neoliberais, como para todos os cristãos novos de todos os tempos — ou a salvação pelo neoliberalismo ou o caos —, o que significaria condenar-se ao atraso, enquanto passa velozmente o trem da História com os vitoriosos, ainda que em seu rastro vá deixando milhões de desempregados, *homeless*, miseráveis e até o nosso gabiru, criação de uma sociedade perversa.

Todos sempre entraram em filas em todos os bancos, sem grandes reclamações. Porém quando se vêem numa fila

de banco estadual ou do Banco do Brasil, inevitavelmente, alguém protesta: "Precisa mesmo privatizar. Funcionário público não quer nada. Vão ver agora o que é bom!" Por trás desta fala existe o poder da mídia, que diariamente "denuncia" a incapacidade e a ociosidade dos serviços públicos.

Todos sempre buscaram a qualidade, seja na educação, seja na indústria, seja no comércio. É bem verdade que cada um pretendia algo diferente quando se referia à qualidade, de acordo com os seus interesses pessoais e de classe. Qualidade para o industrial ou o comerciante significa lucro, qualidade para a classe trabalhadora significa igualdade. Qualidade para o dono da escola significa melhores resultados com o mais baixo custo, qualidade para o professor comprometido ou para os alunos e seus pais significa a democratização do conhecimento. No entanto, agora surgiu a palavrinha mágica "qualidade total", apareceram livros, foram criados cursos para ensinar o que é afinal qualidade total e como atingi-la. Ao fecharem a última página do *best-seller*, ou ao terminarem o curso pago a preço de ouro, todos já se sentem em clima de qualidade total. Nem que seja para falar ou pedir concordata no mês seguinte.

As empresas despedem funcionários, as universidades são impedidas de recompor os seus quadros, as escolas são estimuladas a procurar parcerias para financiar os seus projetos, tudo num recomendado esforço de racionalização de recursos.

Se um pode trabalhar por três, por que não? Se o despedido ou deslocado para outra função ficar doente, com *stress*, ou mesmo se suicidar, é problema dele: "Pobre coitado, tão fraco! Incapaz de se adaptar aos tempos modernos..." *Survival of the fittest*, no melhor estilo darwiniano. Ao patrão ou gerente (em geral pior do que o próprio dono), o que interessa não são as pessoas, pois "empresa não é casa de assistência para preguiçosos", mas os resultados, os números, a racionalização dos recursos.

Para se entender este fenômeno que tomou conta do mundo e foi chegando na América Latina, se instalando no

Brasil agora, é preciso compreender o que é o neoliberalismo, onde surge, como surge, por que surge e que resultados e conseqüências vem apresentando.

Não me disponho, como o sapateiro da anedota, a ir além dos sapatos. Deixo portanto aos economistas a tarefa de explicar o neoliberalismo sob o ponto de vista econômico. Isto não me impede, como educadora, de ver claramente as conseqüências sociais, políticas, culturais, e por que não, econômicas deste nefasto plano apresentado como a salvação do mundo.

Acompanhei em minha estada na Europa, especialmente em Londres, e confirmei em minha estada nos Estados Unidos, quando lá estive com bolsa de pós-doutorado, as discussões sobre as conseqüências do neoliberalismo em seu berço. *Homeless* e *jobless*, — palavras novas que denunciavam uma realidade nova e assustadora. Assisti ao discurso conservador do *Back to Basics* na Grã-Bretanha e de Volta aos Clássicos nos Estados Unidos, com a crítica aos currículos multiculturais. Pude constatar a preocupação do Partido Conservador em avaliar as escolas a partir de sua produção e de critérios tomados de empréstimo às empresas e às regras do mercado. Compartilhei com meus colegas do Institute of Education da London University da preocupação com a ameaça de extinção dos cursos pedagógicos (como o do Institute of Education), deslocando para as faculdades específicas a formação de professores em cada uma das áreas específicas. Em nome da especificidade da área do conhecimento se abria mão de uma formação geral e pedagógica. "O importante é o domínio dos conteúdos específicos", defendiam os que advogam a mudança. Depois fui ver nos Estados Unidos a pressão autoritária para a inclusão nos cursos de formação de professores de disciplinas ligadas ao interesse do sistema. As vantagens do sistema da livre empresa, a educação para a empresa apareciam como necessárias para o bom funcionamento de uma economia que se caracteriza e se mantém graças à competitividade e à racionalização econômica.

Pude constatar os resultados da destruição do movimento sindical, com a decorrente fragilização da classe trabalhadora,

para a qual a ação de Margareth Thatcher foi decisiva. Assisti ao fechamento de fábricas e ao desemprego em massa. Li estudos e pesquisas em que ficava claro o processo de deslocamento das decisões do sindicato para os sistemas de conselhos de trabalhadores e o esvaziamento do contingente de trabalhadores sindicalizados. Isso num país que já teve o movimento sindical mais forte do mundo. Da histórica greve dos mineiros de carvão de 1984 a 1985, os trabalhadores derrotados caíram na acomodação do “novo realismo”, que serve como luva aos interesses do capital, chegando mesmo a mudar os rumos das opções do partido trabalhista que em suas últimas convenções vem tentando “se livrar” da influência dos sindicatos.

Acompanhei com apreensão a dificuldade das pessoas, especialmente as mais idosas, acostumadas a uma vida tranqüila e confortável, a empregos estáveis e garantia de seguridade social, de terem de se adaptar à insegurança, a empregos instáveis e à ameaça de perda de históricas conquistas sociais.

Aos antigos pobres se juntaram os novos pobres, a classe média empobrecida progressivamente a partir do início dos anos 80. Uma classe média que tinha garantido um nível razoável de vida pelo conjunto de serviços sociais fornecidos pelo Estado — educação pública, saúde, aposentadorias condizentes, além de empregos estáveis.

O modelo neoliberal não só não consegue resolver o problema da pobreza e do desemprego como gera inevitavelmente mais pobreza e mais desemprego. A sua lógica é concentradora nas mãos dos mais ricos de um volume crescente de recursos, na promessa de que estes recursos constituirão novas formas de investimentos produtivos, geradores de novos empregos e redistribuidores de renda.

Vi serem fechados hospitais públicos sob o protesto da população e a intransigência da Secretaria de Saúde. Vi operários de fábricas transformando-se em prestadores de serviço; empregados de meio expediente, ou assumindo empregos temporários, ou mesmo deslocados para a economia informal, e até, nos casos extremos, encontrando como saída as drogas e o

crime. Vi jovens jogados pelas ruas sem qualquer perspectiva de futuro. Vi o medo dos 30 milhões de desempregados da Europa Ocidental com a ameaça dos ávidos operários do Leste Europeu, mão-de-obra mais barata, qualificada e dócil. Vi países como a França, que tem uma história de solidariedade aos povos oprimidos, fechar-se numa postura xenofóbica para com africanos, asiáticos, latino-americanos ou qualquer “bárbaro” que possa “roubar” o seu emprego.

Vi crescer o discurso de *Law and Order* dos conservadores, tão forte que chegou a deslocar o Partido Trabalhista de seu histórico compromisso em defesa do *Welfare State* para a ênfase na prevenção contra o crime.

O que eu vi na Europa e nos Estados Unidos era o anúncio do que viria a acontecer no Brasil. Como dizem eles, o Terceiro Mundo agora está lá dentro, e eles têm medo.

Isto e muito mais eu vi na Europa e nos Estados Unidos. Agora vejo aqui, na América Latina e no Brasil, apresentar-se como solução para os nossos graves problemas o neoliberalismo. O mesmo que, inaugurado por Thatcher e Reagan na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, já mostrou, para os que quiseram ver, os lamentáveis resultados para as grandes maiorias trabalhadoras.

O que já se pode constatar na América Latina é lamentável: a pauperização dos trabalhadores, a forte concentração da economia nas mãos de grandes grupos ligados ao capitalismo internacional, o importante papel desempenhado pela mídia, falências e concordatas, o aumento crescente dos índices de desemprego, a despolitização da política. O México já apresenta um quadro de mais de oito mil empresas paradas, fechadas no primeiro semestre de 95, com o decorrente aumento de desemprego e da miséria. Na Argentina o desemprego aberto atingiu os 10,8% e o desemprego encoberto chega a 11%, perfazendo um total de 22%, o que significa 2,5 milhões de desempregados. E chegamos ao jamais imaginado por qualquer mente perversa: a proposta da Union Industrial Argentina —

UNI, da redução dos salários dos ainda empregados, sob a ameaça de aumento do desemprego.

O resultado disso é que temos na América Latina mais de 75 milhões de crianças incapacitadas para o estudo hoje e para o trabalho amanhã. Das crianças latino-americanas que conseguem chegar à escola, de cada 10 apenas 5,5 chegam ao final da quarta série.

A América Latina engrossa significativamente os 500 milhões de pessoas que ficaram mais pobres no mundo nos últimos anos e que, sob a lógica do mercado, ficarão mais pobres, pois as relações mercantis alocam sempre os recursos de acordo com a posição ocupada no mercado. Ou, como diz o dito popular, os rios continuam a correr para o mar, que, sem dúvida, não banha a classe trabalhadora.

Se o mercado jamais distribuiu renda, não havia de ser na fase hegemônica do capital financeiro que o faria.

Continuaremos a alimentar o enriquecimento dos mais ricos, com o peso de 423 milhões de dólares da dívida externa, submissos às normas do FMI e do Banco Mundial, que não apenas interferem na economia, mas também na educação, na saúde e na previdência social.

A não ser que...

A importância da mídia no neoliberalismo

No processo de conquista/consolidação de hegemonia do projeto liberal, os meios de comunicação de massa desempenham papel fundamental.

Nós temos visto no Brasil, a exemplo do que vem acontecendo em outros países, a importância da televisão nas eleições. Ela cria/destrói personagens. Candidatos planejam e reorientam as suas campanhas guiados pelas pesquisas de opinião, contratam *experts* (às vezes até os importam) a fim de conduzirem "cientificamente" as suas campanhas. Apresentam-se como se deve apresentar um candidato que pretenda

atingir um determinado público. Dizem o quê e como precisa ser dito. Sua imagem é criada e vendida como se vende sabonete ou cerveja. São obrigados a se adaptar ao léxico televisivo, sem o que perderiam as chances de vencer.

Mas a importância da televisão não se limita à época de eleições. Ela está presente no cotidiano de todos os telespectadores, criando desejos, impondo hábitos, sugerindo necessidades. Valores são internalizados, diversidades culturais e linguísticas desaparecem na uniformização da cultura e da linguagem das novelas e dos programas populares. A globalização da economia precisa ser acompanhada pela globalização da cultura e da linguagem. A riqueza da diversidade linguística e da diversidade cultural vai se diluindo na pasteurização do padrão global. O modelo neoliberal exige a homogeneização.

Os heróis e heroínas do momento se multiplicam de norte a sul do país, como num espetáculo circense. As Porcinas de ontem foram substituídas pelas Babaluz de hoje, que logo serão substituídas por uma nova caricatura de mulher.

Os programas informativos, os debates, os programas de auditório, a propaganda, as novelas e até os programas de esporte vão veiculando os valores da ideologia neoliberal, ora sutilmente, ora acintosamente e até grosseiramente, mas sempre reforçando-os.

O maniqueísmo do bem contra o mal aparece, por exemplo, na campanha da privatização. O bem é representado pela privatização, sinal de modernidade, o mal, um paquiderme ultrapassado, é colocado no Estado, nas empresas estatais (ainda que lucrativas, e não seria esta a verdadeira razão?). Foi veiculado até um pequeno filme, o que denominam "propaganda institucional" (no caso, contra a própria instituição que financia o filme que proclama a sua extinção), que fazia a apologia da privatização e a crítica ao serviço público e que, num determinado momento, mostra um imenso elefante num escritório, destruindo tudo e assustando a todos.

Poucos resistem à força da propaganda privatista; a maioria ou adere entusiasmada ou se cala envergonhada, o que cumpre

o mesmo papel na difusão da idéia. As formas de representação e significação social vão sendo reelaboradas, transformando-se em imaginário social e pessoal de aceitação à privatização e de repulsa a tudo o que possa parecer discurso estatizante. Pouco a pouco vai se tornando impossível pensar o político e o social fora dos parâmetros neoliberais. As poucas vezes que se opõem à onda privatista não encontram espaço, seja na televisão, seja na grande imprensa, para expressar a sua discordância.

O controle dos meios de comunicação de massas está nas mãos de poucos e poderosos grupos, seja no Brasil, seja internacionalmente. O processo de concentração do poder da informação foi se dando de forma veloz nos últimos anos. De cinquenta grandes corporações ligadas à informação em 1983, através de associações e/ou absorções, em 1987 o número foi reduzido a 29. Daí caiu o total para 25 e hoje, após uma série de fusões transnacionais, a informação está nas mãos de nove megagrupos, mais poderosos do que qualquer Estado. O Walt Disney é o mais forte, apresentando um lucro de 1,79 bilhões de dólares e uma receita de 16,50 bilhões de dólares e, em 9º lugar está a Turner, cuja CNN está desde algum tempo nas telas de todos aqueles que podem se associar à NET no Brasil. Todos aprendem inglês via TV. O que nem todos sabem é que aprendem também o *American way of life* e os valores do neoliberalismo. Não admira que jovens burgueses sejam assaltados na rua, voltando para casa de cuecas, pois o seu tênis Nike, a sua jeans Levy's, a sua camisa Ralph Lauren e o seu relógio Rolex foram satisfazer o desejo incontrolável do menino da favela.

O neoliberalismo cria os desejos de consumo e a impossibilidade de consumir. Numa sociedade em que a polícia, cuja função seria a de garantir a segurança da população, assalta, seqüestra, tortura, mata e fica impune, seria surpreendente que jovens, cheios de desejos sem qualquer esperança, não se valessem dos mesmos expedientes que aprendem diariamente com o Jornal Nacional para satisfazer, ainda que por um

momento, o seu desejo de se aproximar do modelo de identificação que lhes é imposto.

Em nossa pesquisa recolhemos o seguinte diálogo entre um aluno e sua professora numa escola pública de periferia do Rio de Janeiro.

— Tia, por que você não tem carro?

— Porque o meu salário não dá para comprar um carro.

— Quanto você ganha por mês?

— Cento e cinquenta reais.

— Tia é trouxa, hein. Eu ganho isso por dia pra avisar os traficantes quando vem a polícia. E tu estudou tanto. Pra quê?

Será que a professora trouxa consegue manter a autoridade de sua função na sala de aula, sendo desrespeitada por seus alunos? E será que jovens que não percebem qualquer recompensa no estudo terão motivação para estudar? Na televisão eles aprenderam com o Gerson que “é preciso levar vantagem, certo?” e continuam a aprender que “Vale Tudo” e que é preciso “se dar bem”.

Estas lições vão sendo aprendidas diariamente, sem qualquer controle público sobre a qualidade ética e moral dos programas.

Os grandes grupos nacionais e transnacionais educam o povo, homogeneizam e docilizam as mentes e endurecem os corações para a adesão às idéias e interesses neoliberais.

Questões políticas, sociais e econômicas graves são pasteurizadas e freqüentemente apresentadas como se as vítimas fossem culpadas por seu próprio destino miserável. A miséria transforma-se em grandes campanhas com a cobertura carnavalesca da televisão, dos jornais e do rádio, deslocando da razão para a emoção o problema da má distribuição de renda, do desemprego e do modelo excludente de desenvolvimento. Poucos se referem ou se lembram que o Brasil é uma das sociedades mais discriminadoras e excludentes do mundo, concentrando nas mãos de 1% dos mais ricos, 53% do total da

riqueza nacional. Esquecendo este dado fundamental, em vez de se revoltar contra a concentração de renda e decorrente má distribuição da riqueza, todos se emocionam com as imagens da miséria apresentada pela televisão e, ao dar a sua contribuição, se acreditam garantindo um lugar no céu. Lavam as mãos e se sentem na santa paz do Senhor.

Assim também acontece em relação à situação absurda a que estão submetidas as crianças das classes subalternas, expostas à fome, à doença, aos maus-tratos, à falta de moradia, quando não à exploração, tornando-se crianças de aluguel para a mendicância. A situação destas crianças, da forma que é apresentada, em lugar de provocar uma tomada de consciência e um impulso por participar da transformação da sociedade, acirra a competição por meio do Criança Esperança, em que o dar mais é vivido como um jogo ou um leilão.

O grave problema racial, por sua vez, é resolvido na novela das 8, em horário nobre, quando uma família negra de classe média em que todos são belíssimos, corretíssimos e bem-sucedidos no mundo do trabalho e no amor, alivia o sentimento de culpa de uns (os que discriminam) e as frustrações de outros (os que são vítimas da discriminação). A mensagem é — “É possível. Sendo honesto, trabalhador, esforçado e capaz, um negro ou uma negra conseguem vencer, conquistando tudo o que um branco ou uma branca têm, até o amor de uma branca ou de um branco e a admiração e respeito dos brancos”. O problema, que é social, é deslocado para o nível pessoal — “É possível, depende só de você.”

A violência, que está presente nas ruas, nas casas e nas telas de televisão, é discutida, ou melhor, apresentada, como tendo nome e sobrenome, personificada nos bandidos, nos assaltantes, nos seqüestradores, nos traficantes de drogas, nos pivetes, nos meninos de rua. Quando alguém sugere que a violência é resultado de uma sociedade violenta, de modelos violentos internalizados, consequência da miséria, é silenciado com: “Isto não leva a nada. É preciso leis mais duras, polícia mais equipada, prisões mais seguras, aliás, bandido bom é

bandido morto”. O máximo a que se chegou foi ao aplauso de grande parte da população ao assassinato à queima-roupa, e transmitido para todo o Brasil, de um ladrão por um policial. O gozo com a destruição e com a morte do outro, o prazer com a violência, a violência como espetáculo, eis a que chegou o estado de degradação da vida coletiva humana.

O discurso da *Law and Order*, a que já me referi, vem chegando, ocupando os noticiários da mídia, esvaziando as questões sociais de seu conteúdo político. As mudanças propostas não são políticas, mas de estilo de vida. Tornar-se moderno, comprar o carro importado, freqüentar o clube, usar cartões de crédito nacionais e internacionais, vestir a roupa da moda, preferir tal cerveja e tal refrigerante, freqüentar Miami ou seu simulacro nacional, estar ligado a uma seita religiosa, dominar o jargão modernoso são fragmentos de identidade na busca de representações. O estilo é ditado pela mídia, sem qualquer sentido entre os pedaços de identidade.

Tudo vira *performance*, espetáculo cujo grande momento se deu na Guerra do Golfo, produzida e divulgada com exclusividade pela CNN. É o que Chomsky chama *manufacture of consent* — fabricação da aquiescência, em que mentes docilizadas são manipuladas a tal ponto que por elas se decide desde em quem votar até o que beber, desde o que desejar até o que rejeitar.

É ainda Chomsky* quem nos alerta:

Platão perguntou. Como é possível que saibamos tanto, com tão pouca informação. E Orwell parafraseou — Como é possível que saibamos tão pouco, com tanta informação.

Pois toda esta informação é como areia nos olhos, nos impede de ver e de saber.

De acordo com algumas pesquisas, quanto mais analfabetos e mais pobres, maior o impacto da televisão, o que pode ser

* Entrevista concedida às professoras Regina Leite Garcia e Célia Linhares, no Massachusetts Institute of Technology (MIT, Boston).

comprovado com os resultados das duas últimas eleições presidenciais, em que as populações mais pobres e analfabetas votaram nos dois candidatos que representavam os interesses do neoliberalismo, primeiro Collor e agora Fernando Henrique Cardoso, ambos tendo tido todo o apoio das redes de televisão.

Constatado o equívoco da escolha de Collor, os mesmos que o colocaram no poder lhe retiraram o poder emprestado.

Da segunda vez não podiam errar. Era preciso colocar no poder alguém de confiança e capaz de levar a cabo o programa de estabilização e reforma econômica. Elaborado o que ficou chamado Consenso de Washington, era necessário encontrar o homem certo para o lugar certo. Fora alguns deslizamentos como o passeio de jégué, o elogio à buchada de bode e “eu sempre tive um pé na cozinha”, Fernando Henrique Cardoso tem desde o *physique du rôle* até sua habilidade política e sua brilhante retórica.

Eis-nos, pois, navegando, docemente acalentados pelo discurso do presidente, por águas não tão límpidas quanto as prometidas, pois o efeito *Orloff* nos parece levar para as águas turvas de Mar del Plata ou do Rio Grande, nenhuma das duas alvissareiras.

E a escola, como entra a escola neste projeto? Ou, como insinuei no primeiro bloco deste texto — a não ser que ... O que pode ser a escola num projeto alternativo ao neoliberalismo?

Vamos portanto ao que pretendem os neoliberais e o que poderá acontecer, se muitos se opuserem ao que os neoliberais pretendem, com um movimento que venha a ser resposta ao — a não ser que ...

A escola em tempo de neoliberalismo

A educação desempenha papel estratégico no projeto neoliberal. Os discursos dos governantes, dos empresários, da mídia enfatizam todo o tempo a importância de uma escola de qualidade. Fala-se até em qualidade total, a qualidade

absoluta buscada pelos que detêm o poder. Isto porque é indispensável que a educação atenda aos objetivos empresariais de preparação adequada para o trabalho com vistas à competitividade do mercado internacional e, de incorporação dos valores neoliberais que facilitem a consolidação da hegemonia.

Não são apenas as esferas econômica, social e política que precisam se adequar ao modelo neoliberal, mas as próprias formas de representação social. O imaginário social e individual precisa ser desconstruído/reconstruído a fim de internalizar uma nova forma de pensar o mundo e de se pensar, consoante os valores e interesses liberais globalizados.

Logo após ser eleito, Fernando Henrique Cardoso anunciava sua intenção de avaliar o desempenho de todas as crianças de todas as escolas públicas brasileiras, mediante testes elaborados por um instituto de pesquisa e avaliação. Pretendia, com a testagem em massa, avaliar a qualidade do ensino das escolas. Mas, mesmo antes da “avaliação fidedigna” dos testes, ele já trazia uma avaliação, não se sabe tirada de onde. Para ele, o principal problema da educação não é a falta de escolas para todas as crianças, e sim o despreparo da maioria dos professores e professoras. Esta a causa da repetência, o que superlota as escolas e classes, desestimulando os alunos e alunas e provocando a evasão. Simples como água. Professores mal formados ensinam mal e não conseguem atrair o interesse dos alunos e alunas que, desinteressados, acabam se evadindo, abandonando a escola.

Não havia, nas notícias sobre os planos do presidente, qualquer referência aos aviltantes salários dos professores e professoras, às péssimas condições com que trabalham, à falta de oportunidades e estímulo ao aperfeiçoamento docente, ao autoritarismo do sistema educacional, à pauperização global da categoria magistério e à sua perda de reconhecimento social. Os professores e professoras eram apresentados como os grandes responsáveis pelo fracasso escolar.

A estratégia de enfrentamento de problema tão grave já estava também definida — atualização de professores e pro-

fessoras por meio de ensino a distância. *Direct Broadcasting Satellite*, o que em bom português significa a transmissão direta via satélite. Em cada escola seria instalada uma antena parabólica, integrando todo o país ao sistema de televisões educativas. Quatro horas de programas diários transmitidos para as 194.443 escolas, em que se ensinaria como ensinar e o que ensinar. No melhor estilo napoleônico. Aliás, o segredo do sucesso é o controle. Como ordem unida, todos farão as mesmas coisas e ouvirão as mesmas lições ao mesmo tempo.

E o controle não pára aí. Renasce a idéia de um Currículo Básico Nacional para garantir a unidade nacional e para que “não se perca a identidade nacional num país tão diversificado”. Como os professores e professoras, todas as crianças e jovens devem aprender as mesmas coisas. E como quanto menos contato dos alunos com as professoras, melhor, as escolas receberão kits pedagógicos, elaborados por *experts* da Fundação Roberto Marinho ou Vitor Civita. Pensam até em ressuscitar o antigo Programa Alfa. Remaquiado, é verdade.

Ao final de cada ano, nova aplicação de testes padronizados, para que nenhuma ovelha se desgarre do rebanho. Como no *Anjo Exterminador* de Buñuel, todos devem caminhar juntos.

Espera o presidente assim elevar a qualidade da mão-de-obra, condição necessária à nossa caminhada para a modernidade e, sem que seja confessado na sua fala, estará também, ou sobretudo, atendendo às “recomendações” do Banco Mundial, a exemplo do que vem sendo feito na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e, obviamente em outros países da América Latina.

Quanto ao ensino superior tem-se falado em preservar apenas algumas das grandes universidades e transformar as demais em “escolões”. Aumento de salário nem se fala, recomposição dos quadros, desfalcados pelo grande volume de aposentados “com medo do que virá”, tampouco. Pesquisa só para uns poucos, pois segundo uma intelectual do alto escalão “não sei por que o pessoal de educação tanto quer pesquisar”. A ênfase será dada ao ensino, reduzindo a universidade a seu

papel reprodutor em detrimento de seu papel criador de conhecimentos. A extensão será estimulada para prestar serviços à comunidade, com possibilidade de alocar recursos. No jargão governamental, comunidade quer dizer empresas, senão como pensar parcerias que possam financiar os serviços prestados pela universidade? Não hão de ser os meninos de rua, os bóias-frias, os favelados, as comunidades pobres dos subúrbios das cidades, os grupos independentes ou ligados ao sindicato de professores, catadores de lixo, e tantos grupos com os quais tantos de nós, pesquisadores da universidade, trabalhamos.

Algumas universidades já tiveram acesso ao anteprojeto do MEC, que trata das modificações pretendidas pelo governo. As universidades passam a ser chamadas “organizações sociais”, ou seja, é esperado que elas se transformem voluntariamente em organizações públicas não estatais. Serão fundações de direito privado, financiadas sobretudo por serviços prestados e outros serviços de interesse coletivo e natureza social. Embora inicialmente não fique claro o que é entendido por “serviços de interesse coletivo”, no decorrer do documento vai se delineando que o interesse coletivo é o de quem pode pagar.

A universidade será gerida por um Conselho Curador, composto de 30% de representantes do poder público, 20% de pessoas de notória capacidade profissional, idoneidade moral e indicadas pelo poder público, 20% indicados ou eleitos e 30% eleitos pelos demais membros do Conselho. O Conselho Curador será eleito por um período de quatro anos, com possibilidade de recondução e seus membros não serão remunerados. O Conselho escolhe e dispensa os membros da diretoria, além de fixar a remuneração destes membros, aprova o regimento interno, discute e aprova o manual de qualidade, o manual de licitação, o plano de cargos, salários e benefícios.

Isto significa que cada universidade contratará quem o seu Conselho Curador quiser e pagará quanto o mesmo conselho decidir.

Acabam os concursos, sendo a admissão, segundo o documento, simplificada, precedida de divulgação. A universi-

dade põe um anúncio que precisa de um professor de sociologia, por exemplo, apresentam-se tantos quantos queiram e o Conselho Curador decide quem vai contratar. Os concursos, que foram uma conquista do movimento docente no sentido de moralizar a entrada de professores, acaba. Todos hão de se lembrar dos amigos, parentes, agregados que entravam pela janela e iam ficando, até conseguirem, pelos caminhos mais sórdidos, fazer parte do quadro efetivo das universidades.

Os professores serão regidos pelo regime CLT, sendo preservados os direitos dos professores que foram contratados anteriormente ao projeto. Estes se tornarão uma categoria em extinção. Naturalmente serão estimulados a se aposentar o mais cedo possível, para que as universidades possam se tornar, finalmente, "mais eficientes e responsáveis", nas palavras do ministro Bresser Pereira.

Para quem já estudou o sistema norte-americano de ensino superior, este é um filme já visto. Pena que os autores (melhor dizendo, copiadores) do projeto, tenham esquecido de ler as críticas aos superpoderes dos Conselhos Curadores, à vulnerabilidade das universidades em relação aos interesses das empresas mais poderosas, à fragilidade dos professores que ficam à mercê dos interesses hegemônicos nas universidades. Isto nos Estados Unidos, onde o controle da sociedade é efetivamente exercido, pois a população se sente com direitos. É fácil imaginar no Brasil, em que, quando o Governo resolve intervir no Banco Econômico, o Senador Antônio Carlos Magalhães vira manchete de todos os jornais, porque simplesmente não aceita a decisão, o que acontecerá se algum Conselho Curador, tomado de pruridos de independência, resolver admitir um professor considerado subversivo pelos financiadores, ou demitir um protegido de um grupo poderoso.

Quem financiará uma pesquisa que pretenda estudar os índices de poluição de algumas indústrias? Quem encontrará financiamento para estudar o processo acentuado de concentração de renda e de exploração do trabalho de grandes maiorias trabalhadoras? Quem ousará estudar o trabalho escravo no

Brasil? Quem proporá um currículo que responda aos interesses dos que foram historicamente subalternizados? Quem terá financiamento para pesquisa de base?

As pesquisas críticas desaparecerão e os pesquisadores serão estimulados a investigar a qualidade total, as maravilhas da economia de mercado, o sucesso do processo de privatização no Brasil etc. etc. etc. Estas e outras serão as pesquisas financiadas pelas sugeridas "parcerias". Quanto aos pesquisadores experientes e críticos, estes já tiveram as suas bolsas tão reduzidas, sobretudo os professores titulares, que muitos têm concluído que as bolsas não dão para pagar sequer os relatórios que têm de enviar aos órgãos financiadores.

E, até ontem, era consenso a importância e a seriedade da pós-graduação no Brasil. Mas como até ontem a Vale do Rio Doce e a Petrobrás eram consideradas empresas-padrão no mundo, e vão ser privatizadas... Aliás, perdoe-me o ministro Bresser Pereira, com o seu interessante conceito de público não-estatal, como oposição a estatal não público ou mesmo a privado, *tout court*. Segundo ele, só as organizações públicas não-estatais podem ser tão eficientes quanto as empresas privadas.

E continua o ministro, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* de 13 de agosto de 1995, em sua defesa entusiasmada do "público não-estatal", na qual manda um recado explícito aos professores-pesquisadores das universidades (até então) públicas brasileiras. Segundo ele "o que se propõe é uma autonomia radicalmente maior para as universidades em troca de uma maior responsabilidade de seus dirigentes e de um maior controle social pelas comunidades diretamente atendidas por elas". Aos que possam temer a perda do apoio financeiro do Estado, ele avisa, ou melhor, ameaça, que "o Estado continuará necessariamente a prestar-lhes seu apoio orçamentário", desde que todos se comportem bem, se tornando "administrativamente mais eficientes e responsáveis".

O enxugamento da máquina administrativa, mote entre o empresariado, chega às universidades federais por recomendação

do ministro da Administração e Reforma do Estado que pretende reformar não apenas o Estado, mas a sociedade como um todo, onde se inclui a universidade. Não se ouve qualquer referência à diversidade das condições de trabalho, de acesso a financiamentos e a oportunidades de atualização dos professores-pesquisadores. Não se fala na hegemonia de áreas de conhecimentos, de regiões do país e de instituições. A perspectiva é gerencial, subordinando as universidades à lógica do mercado e desobrigando o Estado de suas históricas responsabilidades sociais.

Perde-se no tempo e no espaço a luta direcionada pelo princípio de que Educação é direito de todos e dever do Estado.

Os meios de comunicação de massas, coerentes com a sua função ideológica, abrem grandes espaços para a fala privatizante oficial, recusando aos opositores o espaço de debate, o que seria indispensável para a problematização da questão e o posicionamento crítico da população.

Tudo indica que esta será uma guerra perdida. Os resultados já são visíveis e assustadores. A não ser que... transformemos a guerra numa batalha e que a aparente derrota nos possibilite acumular forças para reverter o quadro de desânimo e pessimismo.

A escola que ainda podemos construir

Como podemos concluir, quando a educação se insere nas regras do mercado, dá-se um processo malthusiano, em que os setores mais adaptados e integrados sobrevivem à crise, abandonando os demais à sua própria sorte. O Estado abandona sua função educadora para assumir predominantemente funções de controle sócio-educacional. O controle despolitiza a avaliação, deslocando-a para um nível extra-social, construindo um discurso avaliativo que justifica as desigualdades por leis da natureza e da cultura, identificadas e naturalizadas as “diferenças”, que perdem a perspectiva social, cultural e política de sua produção, distorce-se o sentido de justiça social e de igualdade.

A injusta distribuição de bens materiais, culturais e de educação é justificada pelas “diferenças” — uns são mais capazes do que outros, uns se esforçam mais do que outros, uns têm mais méritos do que outros. Os outros são os que fracassam na escola e no trabalho, condenados ao analfabetismo e a posições subalternas na sociedade.

Como afirmou certa vez Octavio Paz, as elites cultivam a poesia e a arte de vanguarda, enquanto as maiorias são analfabetas.

Um terço da população brasileira é constituída de analfabetos. Homens e mulheres trabalhadores que jamais tiveram a oportunidade de estudar, seja porque não tiveram acesso à escola, seja porque entrando na escola, nela foram discriminados e, ao final de alguns anos, dela foram excluídos. Ao saírem da escola, entram para a estatística dos “evadidos”, quando na verdade, além de excluídos fisicamente da escola, foram também excluídos simbolicamente, pois, não tendo sequer aprendido a ler e a escrever, foram impedidos de ter acesso ao conhecimento que a escola promete socializar, mas que não cumpre a promessa para todos. Prepara alguns para o cultivo da poesia e da arte de vanguarda, somente alguns poucos, enquanto a grande maioria é preparada para, sendo analfabeta, tornar-se mais vulnerável à manipulação da televisão, e se ver condenada às piores oportunidades de trabalho, quando chega a conseguir emprego, pois hoje a maioria dos analfabetos se coloca (ou é colocada, melhor dizendo) no subemprego ou destinada ao desemprego. Durante a VI Jornada Nacional de Literatura, realizada pela Universidade de Passo Fundo, de 15 a 18 de agosto de 1995, muitos escritores, poetas, críticos, pesquisadores e professores de literatura presentes denunciavam a situação do livro no Brasil. “Num país de analfabetos, como esperar a leitura da literatura e da poesia?”, perguntavam alguns. “O grande problema do livro no Brasil é o analfabetismo” diziam outros.

Os analfabetos são parte da grande maioria perdedora que, se abandonada à lógica neoliberal, estará condenada à exclusão definitiva.

Opor-se ao quadro neoliberal que se instala na América Latina e no Brasil é construir uma escola que ao contrário de excludente, seja includente, espaço democrático de socialização do saber historicamente produzido e direito de todos. Estaremos assim retomando o tema da igualdade de direitos, só possível quando a escola é pública e fica sob a responsabilidade do Estado. Só assim homens e mulheres, independente da classe social, etnia, religião ou filiação política terão garantido o direito de se educar, inserindo-se no amplo leque da cultura de sua época e capacitando-se a contribuir para a criação de novos conhecimentos sobre o mundo em que vivem, conhecimentos científicos e tecnológicos, filosóficos e artísticos, pois a sociedade em crise exige a formação de uma massa crítica de gente educada e comprometida com a criação coletiva de solução para os graves problemas que se colocam.

Há que se recuperar os vínculos coletivos, a solidariedade, o respeito pelo outro, a capacidade de se indignar e inconformar com as injustiças sociais. Há que se construir uma nova concepção multicultural de conhecimento e de direitos humanos.

Num mundo em que se acentua o *gap* entre países ricos e países pobres e, internamente a cada país, entre ricos e pobres, há que se lutar pela democracia em todos os espaços. Como denuncia Boaventura Souza Santos*,

no espaço democrático, o patriarcado, no espaço da produção, a exploração; no espaço da comunidade, as dificuldades; no espaço do mercado, o fetichismo das mercadorias; no espaço da cidadania, a dominação; e, finalmente, no espaço mundial, a troca desigual.

E eu acrescentaria: no espaço da escola, a privatização do conhecimento.

Este é o desafio que se coloca para aqueles que acreditam que, quando se capina e lavra a terra, belos frutos e flores podem crescer.

* Entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em 6 ago. 1995.